20 ANOS SINDILEX

FIQUE POR DENTRO

12 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 143

OTC 2026: delegação paulista conquista 34 medalhas e fica em 4º lugar



Imagem: divulgação

VEJA NESTA EDIÇÃO

Em carta a Lula, Pública defende o serviço público

Câmara de São Paulo encerra audiências do Orçamento de 2027

AGENDA DE ATIVIDADES

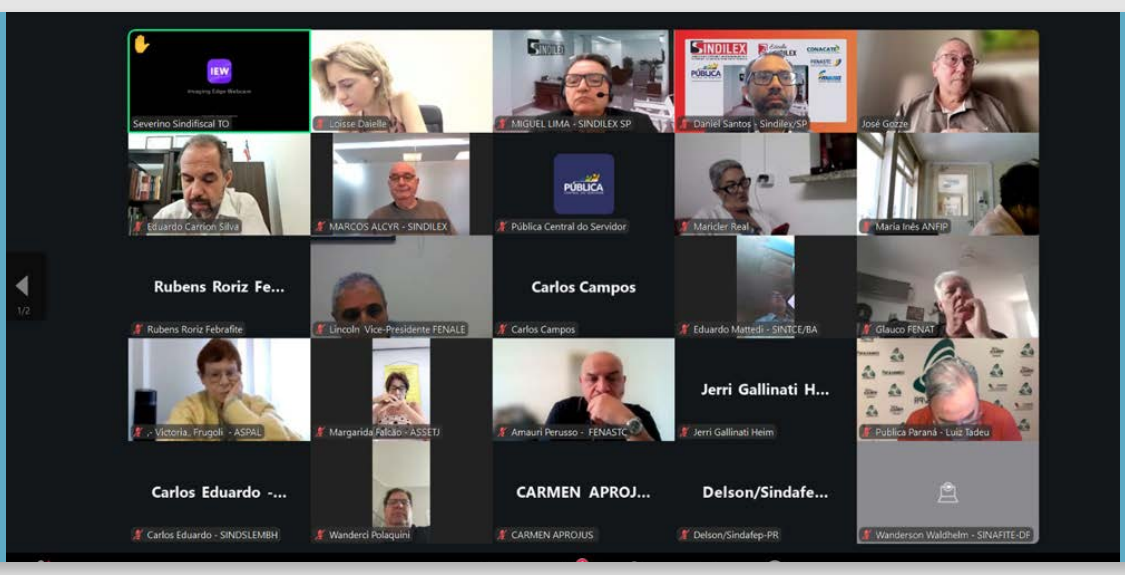
QUINTA 22 DE OUTUBRO

Reunião Pública Central do Servidor

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcyr e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Pública, que debateu a seguinte pauta:

1. Eleições gerais;

2. Informações e avisos.

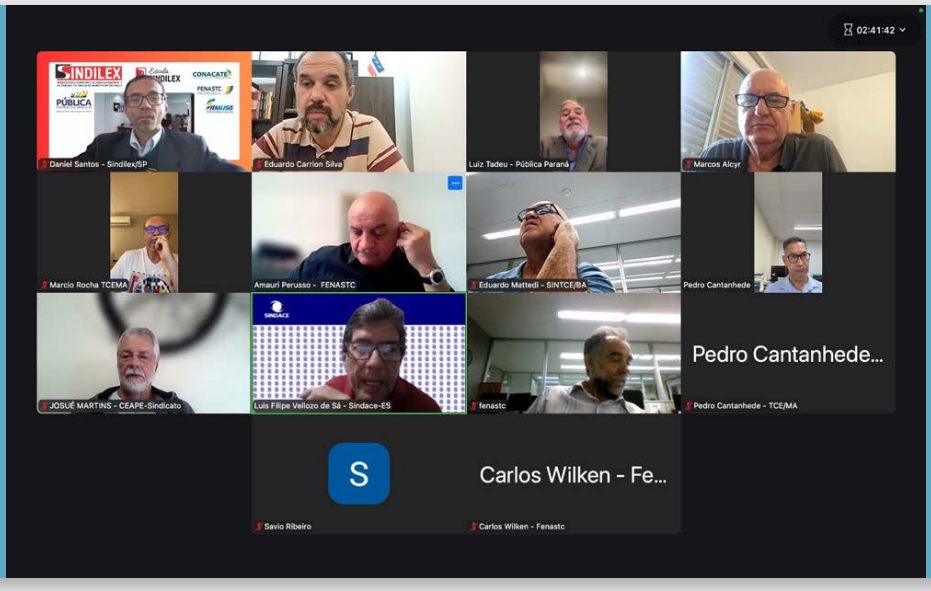


TERÇA 27 DE OUTUBRO

Tarde: Reunião da FENASTC

O vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcyr e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da diretoria da Fenastc, que, sob a coordenação do presidente Amauri Perusso, debateu a seguinte pauta:

1. Finalização da organização do XXXIII Congresso da Fenastc, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro;
2. Continuidade da conversa sobre a formação de chapa para compor a nova diretoria da Federação no triênio 2027-2029;
3. Avaliação do resultado eleitoral para compreensão das ações que visam às mudanças legislativas necessárias aos Tribunais de Contas brasileiros.



QUARTA 28 DE OUTUBRO

Plantão no TCM

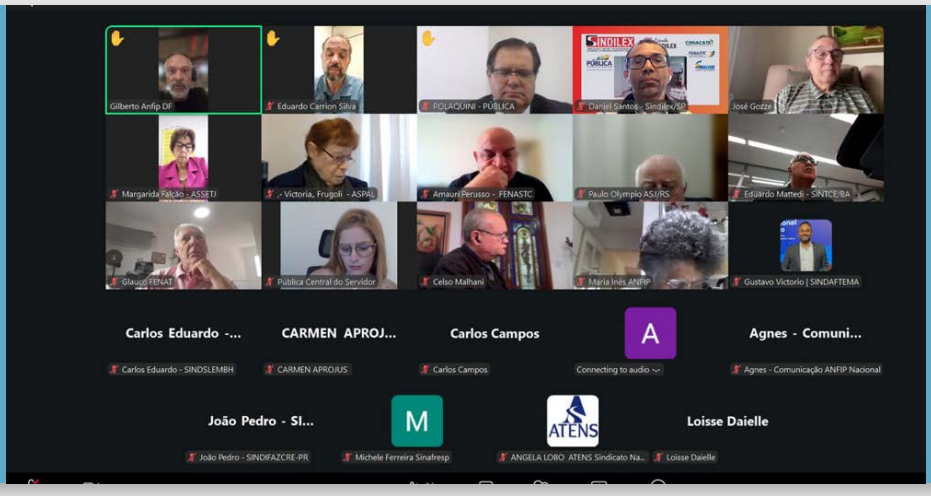
O vice-presidente Daniel Santos e o secretário-geral Marcos Alcyr estiveram presentes no TCM. Conversaram com autoridades e servidores sobre os itens pendentes da pauta de reivindicações da Data-base e sobre a importância da escolha de um representante por setor. Também acompanharam a sessão plenária do Tribunal.

QUINTA 29 DE OUTUBRO

Reunião Pública Central do Servidor

O vice-presidente Daniel Santos e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Pública, que debateu a seguinte pauta:

1. Análise das eleições gerais;
2. Calendário da Pública:
    - 10/11 – Trabalho parlamentar;
    - 11/11 – Inauguração da nova sede da Pública;
    - 25/11 – Reunião do Conselho Deliberativo;
    - 17/12 – Eleições da Pública.



QUARTA 4 DE NOVEMBRO

Plantão no TCM

O vice-presidente Daniel Santos esteve presente no TCM. Conversou com autoridades e servidores sobre o andamento dos itens pendentes da pauta de reivindicações da Data-base. Também acompanhou a sessão plenária do Tribunal.

QUINTA 5 DE NOVEMBRO

Reunião Pública Central do Servidor

O vice-presidente Daniel Santos participou da reunião da Pública, que debateu a seguinte pauta:

1. Eleições gerais;
2. Calendário da Pública:

- 10/11 – Trabalho parlamentar;
- 11/11 – Inauguração da nova sede da Pública;
- 25/11 – Reunião do Conselho Deliberativo;
- 17/12 – Eleições da Pública.

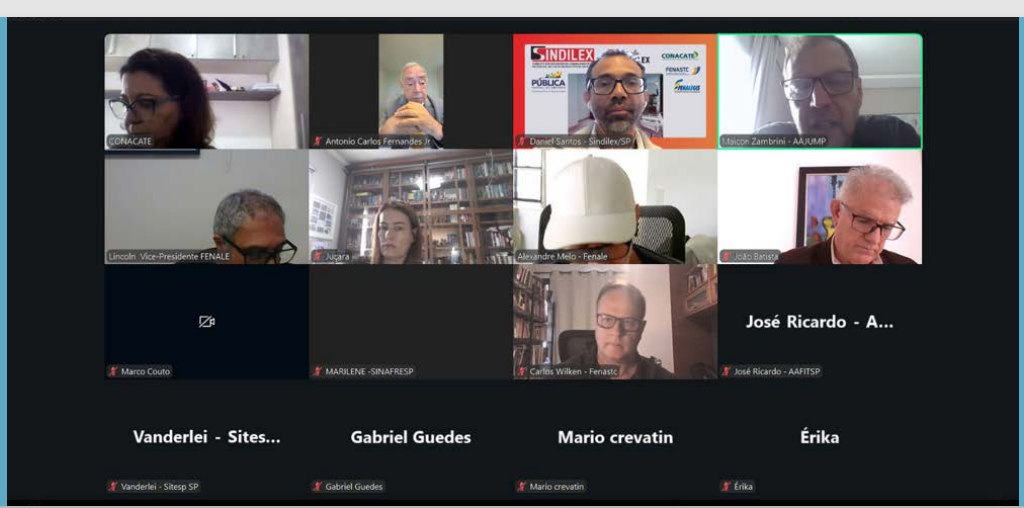


SEXTA 6 DE NOVEMBRO

Reunião da Conacate

O vice-presidente Daniel Santos participou da reunião da Diretoria Executiva da Conacate, que, sob a coordenação do presidente Antônio Carlos Fernandes, debateu a seguinte pauta:

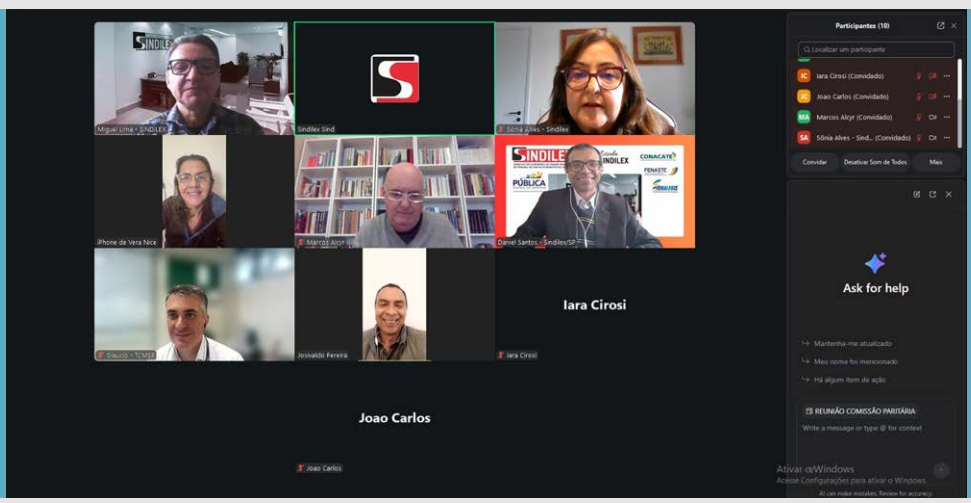
1. Convênio Clubs/Wellhub e TotalPass;
2. Visita a Brasília nos dias 10 e 11/11/2026;
3. Avaliação do XI Congresso da Conacate.



SEGUNDA **9 DE NOVEMBRO**

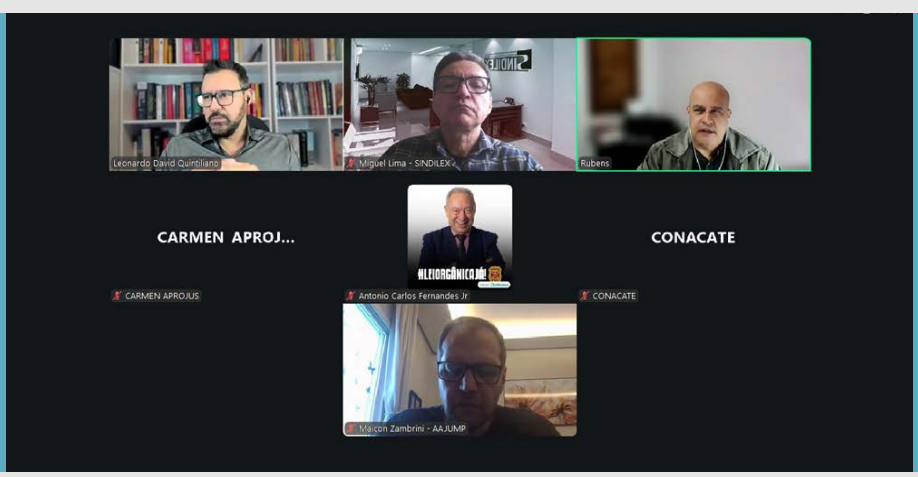
Manhã: Reunião da Comissão Paritária

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcyr e a diretora de Comunicação Sônia Alves participaram da reunião da Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente (CPMNP), que, sob a coordenação de Josivaldo, debateu os encaminhamentos dados aos pontos ainda não conquistados da pauta da Data-base 2026.



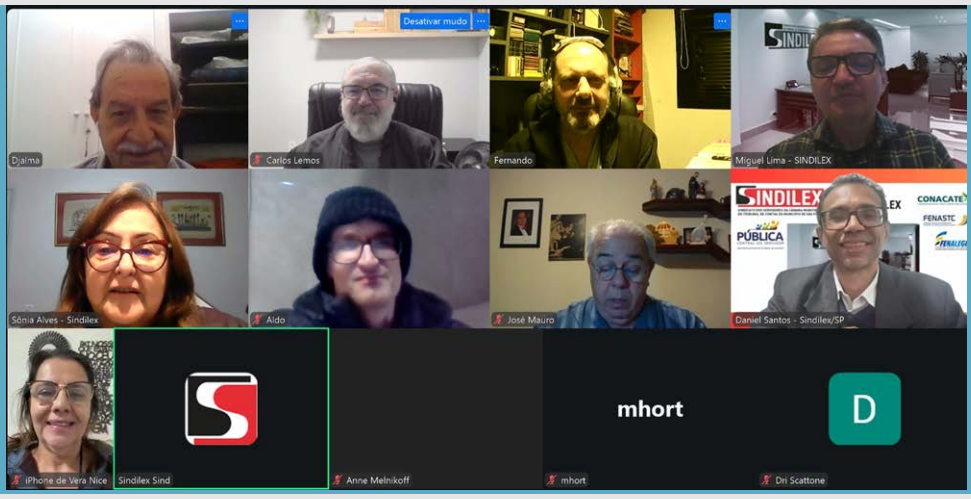
17h00: Reunião Comissão Reforma Administrativa da Conacate

O presidente Miguel Lima participou da reunião da Comissão da Reforma Administrativa da Conacate.



19h30: Reunião da Diretoria Sindilex

Sob a coordenação do presidente Miguel Lima, os diretores debateram os encaminhamentos já dados e os que estão em estudo, relativos aos pontos ainda não conquistados da pauta da Data-base 2026.



CALENDÁRIO DE EVENTOS

NOVEMBRO **7** (das 10h30 às 14h30)

Plantões SINDILEX



Comunicamos as datas dos plantões do escritório **Ferreira & Vieira Advogados** junto ao **SINDILEX** no segundo semestre de 2026. Os plantões ocorrerão nos locais indicados no calendário abaixo:

NOVA DATA

Segunda	7 de dezembro	TCM-Escritório ASTCOM

Horário de atendimento
das 10h30 as 14h30

NOVEMBRO **30** (às 19h)



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

para Previsão Orçamentária do Exercício de 2027.

Dia 30/11/26, às 19h

• SALVE ESSA DATA • SALVE ESSA DATA • SALVE ESSA DATA • SALVE ESSA DATA

EVENTOS IMPORTANTES

XXXIII CONGRESSO FENASTC

A Federação Nacional dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC) realizou, entre os dias 31 de outubro e 01 de novembro, de forma virtual (online), o seu XXXIII Congresso, com Dirigentes Sindicais e Associativos, Delegados e Convidados, em que debateu temas da conjuntura e a preparação da Fenastc para responder aos desafios.



O Congresso contou com a seguinte programação:

31 de outubro | Sábado

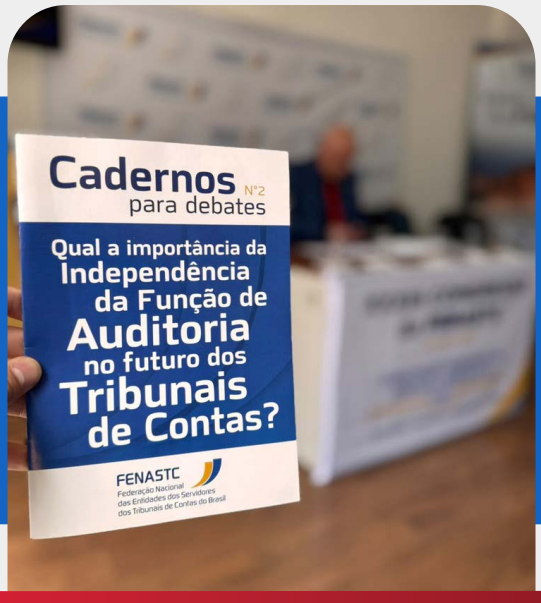
1. Cerimônia de abertura do Congresso
2. Conferência com convidados
3. Manifestação de Dirigentes Sindicais e Associativos e Delegados



Fotos: Divulgação

1 de novembro | Domingo

1. Os rumos da Fenastc
2. Eleição da nova diretoria





OLÍMPIADAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (OTC 2026 – GAÚCHA)

As Olimpíadas dos Tribunais de Contas (OTC 2026) aconteceram em Porto Alegre (RS), de 1º a 8 de novembro de 2026, e contaram com a participação do secretário-geral Marcos Alcyr, da diretora Jurídica Anne Tobos e do diretor de Esportes e presidente da Fenalegis, Eduardo Carrion.

A delegação de São Paulo foi composta por 50 atletas do TCMSP e 9 do TCESP.

HISTÓRICO

A delegação de São Paulo participa das Olimpíadas dos Tribunais de Contas do Brasil desde 2007, sempre com o apoio do Sindilex e da Astcom.

→ A próxima edição será em Aracaju.

Veja a seguir alguns momentos do evento e o quadro de medalhas.

Entre as 24 delegações participantes, São Paulo ficou em 4º lugar, com 11 medalhas de ouro, 13 de prata e 10 de bronze.

Veja a classificação até o 7º lugar

#	Delegação				Pts
1º	AM TCE-AM	28	22	20	2410
2º	RS TCE-RS	20	21	19	1755
3º	RJ TCE-RJ	12	12	15	1205
4º	**MSP TCM-SP**	**11**	**13**	**10**	**1070**
5º	BA TCE-BA	13	8	6	790
6º	TCU TCU	7	9	7	740
7º	PR TCE-PR	9	3	3	655





Fotos: Divulgação

COMUNICADO IMPORTANTE

A **Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado** (CONACATE) lançou a Carta de Niterói, documento proveniente dos debates realizados no XI Congresso, que apresenta as propostas para o aprimoramento do serviço público e a valorização dos servidores.



[Baixe a íntegrada](#) **Carta Niterói**

SINDICALISMO PELO BRASIL

Pública assina carta ao presidente Lula em defesa do serviço público

A Pública Central do Servidor assinou, ao lado das centrais sindicais e confederações, a carta dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entregue no dia 20 de outubro à ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, durante a live "Serviço Público Forte, Brasil Mais Justo". O documento, intitulado "Valorizar quem trabalha, cuidar de quem precisa: continuar construindo o Brasil que queremos", faz um balanço das medidas voltadas ao serviço público desde 2023.

Entre os pontos destacados pelas entidades estão: a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente, interrompida entre 2017 e 2022; o reajuste de 24,75% concedido em 2023 a servidores ativos e aposentados; a assinatura de 49 acordos setoriais de reajuste salarial e reestruturação de carreiras; e a abertura de mais de 25 mil vagas em concursos no ciclo de 2023 a 2025, com reserva de 30% para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas. A carta cita ainda a regulamentação da jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial, para trabalhadores terceirizados da administração direta federal.

As centrais defendem um Estado que valorize seus servidores, respeite a negociação coletiva, promova a diversidade e invista em tecnologia. O documento alerta que cortes de despesas sem avaliação das consequências podem comprometer equipes, investimentos e a continuidade de políticas essenciais, e aponta como desafios a realização de concursos regulares e a valorização das carreiras.

Carta ao presidente Lula

Valorizar quem trabalha, cuidar de quem precisa: continuar construindo o Brasil que queremos[1]

O Brasil precisa de um Estado capaz de garantir direitos, promover o desenvolvimento e responder às necessidades da população. Saúde, educação, assistência social, proteção ambiental, ciência e infraestrutura dependem de políticas públicas, investimentos, planejamento e, sobretudo, de trabalhadores e trabalhadoras valorizados. Esses investimentos, além de melhorarem a qualidade de vida da população brasileira, dinamizam a economia e integram a agenda de transição ecológica justa, ao combinar baixo impacto ambiental com elevados benefícios sociais e econômicos.

Entre 2016 e 2022, o país enfrentou um processo de enfraquecimento da capacidade estatal, marcado por restrições ao investimento público, descontinuidade de políticas, redução de equipes em áreas da administração federal e mudanças no papel do Estado em setores estratégicos. A economia teve baixo crescimento, limitando as condições de financiamento das políticas públicas e afetando também estados e municípios. Os servidores federais enfrentaram anos sem reajuste geral e com benefícios congelados, enquanto os canais de negociação com suas entidades representativas ficaram interrompidos.

Desde 2023, o Brasil retomou uma agenda de reconstrução do Estado, valorização dos servidores e modernização dos serviços públicos. Os resultados aparecem em medidas concretas.

Na gestão de pessoas, o governo retomou a Mesa Nacional de Negociação Permanente, interrompida entre 2017 e 2022. Em 2023, concedeu reajuste de 24,75% para todos os servidores ativos e aposentados, acima da inflação do período de 20,08%. Firmou 49 acordos setoriais de reajuste salarial e reestruturação de carreiras, com ganhos reais para as categorias abrangidas pelos acordos. O auxílio-alimentação passou de R$ 458 para R$ 1.192, entre 2023 e abril de 2026, uma elevação de aproximadamente 160%. Também foram reajustados os auxílios creche e de saúde suplementar. São avanços concretos na recuperação de direitos e no reconhecimento de quem faz o serviço público funcionar.

A recomposição das equipes também avançou. Foram abertas mais de 25 mil vagas em concursos no ciclo de 2023 a 2025, com destaque para o Concurso Público Nacional Unificado, que ampliou as oportunidades de ingresso no serviço público em diferentes regiões do país. A nova política de cotas passou a reservar 30% das vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas. Essas iniciativas contribuem para renovar os quadros, democratizar o acesso e construir um serviço público mais representativo da sociedade brasileira.

A modernização também precisa melhorar as condições de trabalho de quem atua nos serviços contratados pelo Estado. Por isso, o governo regulamentou a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, para as trabalhadores e trabalhadores terceirizados de que atuam na administração direta federal, além de estabelecer garantias como o recesso de fim de ano e auxílio creche com valor igual aos dos servidores públicos. São exemplos de como o poder público pode usar sua capacidade de contratação para promover condições de trabalho mais dignas.

[1] Carta entregue a Ministra Esther Dweck no dia 20 de outubro de 2026.

A transformação digital, a integração de sistemas e a simplificação dos serviços também fazem parte dessa agenda. A emissão de mais de 40 milhões de Carteiras de Identidade Nacional, registrada no balanço do MGI de dezembro de 2025, exemplifica a dimensão das iniciativas de modernização e integração de serviços. O objetivo é facilitar o acesso da população, reduzir burocracias e tornar o Estado mais eficiente e inclusivo.

Essas conquistas importam para todo o país. Quando o governo federal investe em saúde, educação, infraestrutura e políticas sociais, fortalece também a capacidade de atendimento de estados e municípios. A valorização dos servidores, a formação profissional, a cooperação federativa e o financiamento adequado das políticas públicas são fundamentais para que os direitos saiam do papel e cheguem à população.

O debate sobre o futuro do Brasil envolve projetos diferentes. De um lado, propostas de cortes expressivos de despesas, redução da estrutura administrativa, mudanças nas regras fiscais e retomada de reformas administrativas que precisam ser avaliadas por seus efeitos sobre os serviços públicos e a vida das pessoas. Cortar gastos sem considerar as consequências pode comprometer equipes, investimentos e a continuidade de políticas essenciais. Eficiência não significa simplesmente ter um Estado menor: significa planejar melhor, combater desperdícios, utilizar bem os recursos e garantir resultados para a sociedade.

Defendemos um Estado moderno, transparente, democrático, inclusivo e comprometido com o desenvolvimento nacional. Um Estado que valorize seus servidores e servidoras, respeite a negociação coletiva, promova diversidade, invista em tecnologia e mantenha equipes qualificadas para atender à população.

As conquistas desde 2023 mostram que é possível recuperar direitos, fortalecer instituições e modernizar a gestão pública. O desafio agora é consolidar e ampliar esses avanços: realizar concursos regulares, seguir valorizando as carreiras, melhorando as condições de trabalho e garantindo serviços públicos de qualidade em todo o Brasil.

Valorizar quem trabalha no serviço público é valorizar quem depende dele. Fortalecer o Estado é fortalecer a democracia, reduzir desigualdades e criar condições para que o desenvolvimento chegue a todas as pessoas.

CUT - Central Única dos Trabalhadores
FORÇA SINDICAL
UGT - União Geral dos Trabalhadores
CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
NCST - Nova Central Sindical dos Trabalhadores
CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros
INTERSINDICAL - Central da Classe Trabalhadora
PÚBLICA - Central do Servidor
CESP - Central das Entidades de Servidores Públicos
CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil
CONFETAM - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal
CSPM - Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

LEGISLATIVO PELO BRASIL



Foto: Reprodução

Câmara de São Paulo encerra audiências do Orçamento de 2027

A Câmara Municipal de São Paulo está finalizando seu calendário de Audiências Públicas para o Orçamento de 2027, também conhecido como Lei Orçamentária Anual (LOA/2027). Iniciado em 07 de outubro, o calendário das Audiências incluiu a realização de 10 (dez) APs, entre Audiências Temáticas e Regional.

A próxima AP será temática, sobre Esporte, Lazer e Educação, e está marcada para 11/11/26, quarta-feira, das 10 às 12 horas, no Auditório Prestes Maia, 1o. andar da Câmara Municipal de SP.

Restam mais 10(dez) Audiências, sempre duas por semana. Ao final, a peça orçamentária, em forma de projeto de lei apresentado pelo Executivo (PL 752/2026), será submetida a Plenário para votação em dois turnos.

Confira clicando aqui as próximas Audiências Públicas da LOA/2027

Fonte: Câmara Municipal de São Paulo

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Foto: Reprodução

TCMSP: Escola Superior de Gestão e Contas celebra 30 anos em seminário

Ao longo do dia, das 9h às 17h, o auditório da EGC foi palco de quatro mesas temáticas e uma roda de conversa, consolidando a trajetória da Escola como polo formador e centro gerador de conhecimento voltado ao controle social e à eficiência das políticas públicas.

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo realizou, na terça-feira (27/10), o evento “O Estado Diante do Nosso Tempo: caminhos coletivos para desafios públicos”. O encontro presencial, que continuou a celebração dos 30 anos da Escola, contou com programação que discutiu governança digital, crise climática, combate às desigualdades e fortalecimento da democracia, reunindo acadêmicos, especialistas e representantes da sociedade civil para um ciclo de debates focado nos principais problemas e perspectivas da gestão pública contemporânea.

A programação técnica foi estruturada de forma a conectar grandes temas globais às demandas cotidianas dos órgãos públicos e da população. Com o tema “Governar em tempos digitais”, o primeiro painel abordou o avanço da gestão digital, a utilização ética de inteligência artificial e a automação de serviços públicos. Os palestrantes, Manuella Maia Ribeiro (Cetic.br/NIC.br), Fernanda Rodrigues (IRIS-BH), e Bruno Bioni (Data Privacy Brasil), enfatizaram a necessidade de equilibrar a inovação tecnológica e a eficiência de dados com a inclusão digital, garantindo que a modernização estatal não deixe parcelas vulneráveis da população à margem do acesso aos direitos básicos. O mediador do encontro foi Sílvio Gabriel Serrano Nunes, professor e coordenador de Cursos da EGC.

A segunda mesa temática tratou da “Emergência climática e a capacidade de resposta do Estado” e debateu o papel das instituições diante da crise ambiental e dos eventos climáticos extremos. Em pauta, estiveram a resiliência urbana, a gestão de riscos, a coordenação intersetorial e a necessidade de orçamentos e políticas públicas verdadeiramente orientados à sustentabilidade e à justiça socioambiental. As palestrantes foram Mariana Nicolleti (FGV/SP); Lucilla Dias (WRI BRASIL); e Silvia Saito (CEMADEN), com a mediação de Gilberto Natalini, coordenador da Sala do Clima do TCMSP.

Leia a íntegra da matéria clicando aqui

TEXTOS CRÍTICOS



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

Não ao Terceiro turno do mercado, em apoio a uma nova regra fiscal

Economistas e outros especialistas divulgaram um manifesto, na sexta-feira (30), denunciando a pressão do mercado financeiro para que o governo eleito adote um programa de corte de gastos com a finalidade de estabilizar a dívida pública.

Assinado por 50 profissionais, o texto pede novo regime fiscal no país, menos rígido do que o atual arcabouço, além da mudança na meta de inflação e da tributação dos ricos no lugar de corte em despesas sociais.

Eis o manifesto:

> ***Manifesto por uma nova regra fiscal, juros menores e a revisão da meta de inflação***

Em 25 de outubro, a maioria do eleitorado reelegeu Lula e recusou o programa de Flávio Bolsonaro, que prometia cortar R$ 190 bilhões do gasto público. No dia seguinte, o mercado financeiro teve de desfazer, com perdas, a aposta na vitória de Flávio. Não soube ler as pesquisas nem suas margens de erro. O Ibovespa caiu 13,9%, o dólar subiu 8,2%, e os juros futuros passaram a apostar numa alta da Selic. Flávio fugiu para os Estados Unidos. Trump disse, sem provas, que a eleição parecia fraudulenta. Os derrotados queriam anular o resultado nos tribunais. A Faria Lima quer anulá-lo no orçamento. Rejeitamos esse terceiro turno.

Rejeitamos também as concessões do ministro da Fazenda, Dario Durigan. Em 23 de outubro, ele dizia que não dava para "vender para o mercado que no primeiro ano vai resolver esse problema". Depois da queda da Bolsa, prometeu "buscar o centro da meta de maneira formal". Isso significa acabar com a banda de tolerância, o que exige até R$ 36,6 bilhões a mais de aperto em 2027, e ampliar o contingenciamento. O programa derrotado volta pela porta da Fazenda.

Já vimos esse filme. Em 2024 e 2025, a Fazenda apertou o orçamento enquanto o Banco Central elevava a Selic de 10,5% para 15%. A avaliação positiva do governo caiu de 36% para 24%. A reeleição só foi garantida quando, durante a campanha eleitoral, o governo reajustou o Bolsa Família, refinanciou dívidas e propôs transferências para pequenos empresários, passe livre nos finais de semana e outras concessões que o austericídio do Ministério da Fazenda impedira até então.

Em 2015, a adesão ao programa do adversário aprofundou a recessão e abriu caminho ao golpe. Diante de um Congresso mais hostil, com 121 deputados do PL e 49 senadores de direita a partir de fevereiro, repetir a receita pode enfraquecer o apoio obtido nas ruas para a reeleição de Lula e tornar seu governo vulnerável a um novo golpe parlamentar.

O Brasil não tem crise de dívida. Tem crise do custo da dívida. Nos doze meses até agosto, os juros custaram R$ 1,18 trilhão, 8,9% do PIB, mais de catorze vezes o déficit primário de R$ 82 bilhões. A inflação de doze meses, de 4,58% em setembro, passou do teto por causa da energia e dos alimentos, choques

que a Selic não corrige.

Propomos:

1. Nenhuma alta da Selic em 4 de novembro e juro menor para quem toma crédito. A volatilidade se enfrenta com intervenção cambial e liquidez, como fizeram o Banco Central e o Tesouro no dia 26. Como em 2012, o Banco do Brasil e a Caixa devem baratear o crédito e levar os bancos privados a acompanhá-los. **A queda dos juros precisa chegar às famílias**, que comprometem 29% da renda com o serviço de dívidas, e às empresas, sobretudo pequenas e médias. Em agosto, a inadimplência atingiu o recorde de 9,3 milhões de empresas, quase todas micro e pequenas.

2. Revisão da meta de inflação. A meta de 3% é escolha do governo, que tem dois dos três votos no Conselho Monetário Nacional (CMN). Um novo decreto deve suprimir a carência de 36 meses criada em 2024 para mudar a meta. Propomos retomar o centro de 4,5%, vigente de 2005 a 2018, alongar o horizonte de convergência e dar peso efetivo ao pleno emprego, que a lei já inclui entre os objetivos do Banco Central.

3. Uma nova regra fiscal até 22 de dezembro. A exemplo da PEC da Transição, que virou a Emenda Constitucional 126 em dezembro de 2022, deve ser votada por este Congresso. Por lei complementar, que exige maioria absoluta, ela precisa tirar do limite de gastos e da meta de resultado primário o investimento público e os aportes nas estatais e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e tirar do limite os gastos em saúde e educação e o programa Bolsa Família. **Foi por essas bandeiras que 64,3 milhões de brasileiros e brasileiras votaram pela reeleição de Lula: não para realizar o Tesouraço de Flávio**. O limite atrelado a 70% da receita é incompatível com pisos de saúde e educação que crescem com a receita. As regras fiscais atuais também inibem os desafios do próximo mandato, como a reindustrialização com transição ecológica, que depende de investimento público, de aportes nas estatais e do crédito do BNDES. O que precisar de proteção pode ir para a Constituição, como se fez com os precatórios em 2025. Uma emenda só cai com três quintos das duas Casas.

4. Justiça tributária em vez de cortes sociais. A sustentabilidade da dívida depende mais do crescimento e dos juros do que do corte de gastos. A meta fiscal que o mercado cobra pode ser alcançada defendendo os interesses da maioria, pela justiça tributária, ou os da minoria, pelo corte de gastos sociais. **Um governo eleito por um levante popular contra a ameaça bolsonarista não pode escolher a via defendida pelos mais ricos entre os bolsonaristas.** A tributação mínima das altas rendas, aprovada em 2025, só será cobrada na declaração de 2027, e lucros acumulados até 2025 ainda podem ser distribuídos sem imposto até 2028. Aprovada por lei até 31 de dezembro, uma nova tributação do topo vale já em janeiro. Ela deve alcançar dividendos, juros sobre capital próprio e aplicações isentas. É preciso também rever isenções, regimes especiais e incentivos, que somam R$ 612,8 bilhões em gastos tributários, a começar pelos que favorecem as rendas altas ou não têm contrapartida econômica ou social demonstrável, e acabar com os supersalários.

A justiça tributária e uma taxa de juros mais baixa são fundamentais para uma trajetória fiscal mais benigna e para um país mais justo e solidário. As urnas decidiram. O mercado não pode fazer o terceiro turno.

Leia o manifesto com as assinaturas clicando aqui

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Coordenador da ACD/AL analisa prejuízo milionário do IPREV Maceió na esfera do caso Master

Em entrevista à Rádio CBN de Maceió, o economista José Menezes Gomes alertou sobre os prejuízos envolvendo a aplicação de R$ 97 milhões do Iprev Maceió no Banco Master, apontando riscos para a aposentadoria dos servidores.

Segundo o professor, que é professor da UFAL e coordenador do Núcleo Alagoano da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), o caso Master reúne diferentes dimensões – financeira, política e previdenciária – e poderia ser objeto de diversos estudos acadêmicos.

“O Banco Master não é uma coisa qualquer. Ele é um instrumento de poder, especialmente do Centrão”, afirmou, sustentando que a instituição cresceu por meio da captação de recursos com produtos financeiros que ofereciam remunerações elevadas.

Entre os casos citados está o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió (Iprev). Segundo informações divulgadas sobre a operação, que segue sob investigação da Polícia Federal, o Iprev Maceió realizou dois aportes no Master, que totalizaram R$ 97 milhões entre 2023 e 2024.

Menezes também se aprofundou sobre o escândalo das operações que levaram o BRB a adquirir papéis podres do Master. Um relatório do Banco Central divulgado em setembro apontou um rombo potencial de R$ 11,4 bilhões, valor acima dos R$ 8,8 bilhões estimados pelo governo do

Distrito Federal.

Segundo o relatório, o BRB adquiriu R$ 33,9 bilhões em ativos do Master. O Banco Central determinou o reconhecimento de quase R$ 5 bilhões em perdas e a reavaliação de outros R$ 8,7 bilhões em ativos.

José Menezes avalia que a situação pode representar um risco para a própria instituição financeira e chegou a projetar a possibilidade de uma intervenção no BRB.

> “O crime é você comprometer a vida de pessoas honestas que trabalharam a vida inteira e que vão ficar a ver navios”, concluiu.

Leia a notícia completa em CBN Maceió

ATENDIMENTO JURÍDICO

MARCOS LIMEIRA
SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Área de atuação

- Administrativo e Licitações
- Contratos
- Imobiliário
- Trabalho
- Obrigações
- Família e Sucessões
- Consumidor e Bancário
- Tributário
- Condomínios
- Responsabilidade Civil

Corpo Jurídico



Marcos
Antônio Batista Limeira

Graduado em Direito pela Faculdade de Fortaleza - FAFOR

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará - UECE

Especialista em Direito Tributário



Bárbara
Lemos Pereira Leite

Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Especialista em Direito Processual Civil e Direito e Processo do Trabalho

Especialista em Direito Bancário



Ana Lídia
Nogueira da Silva

Graduada em Direito pelo Centro Universitário ICESP - UNICESP

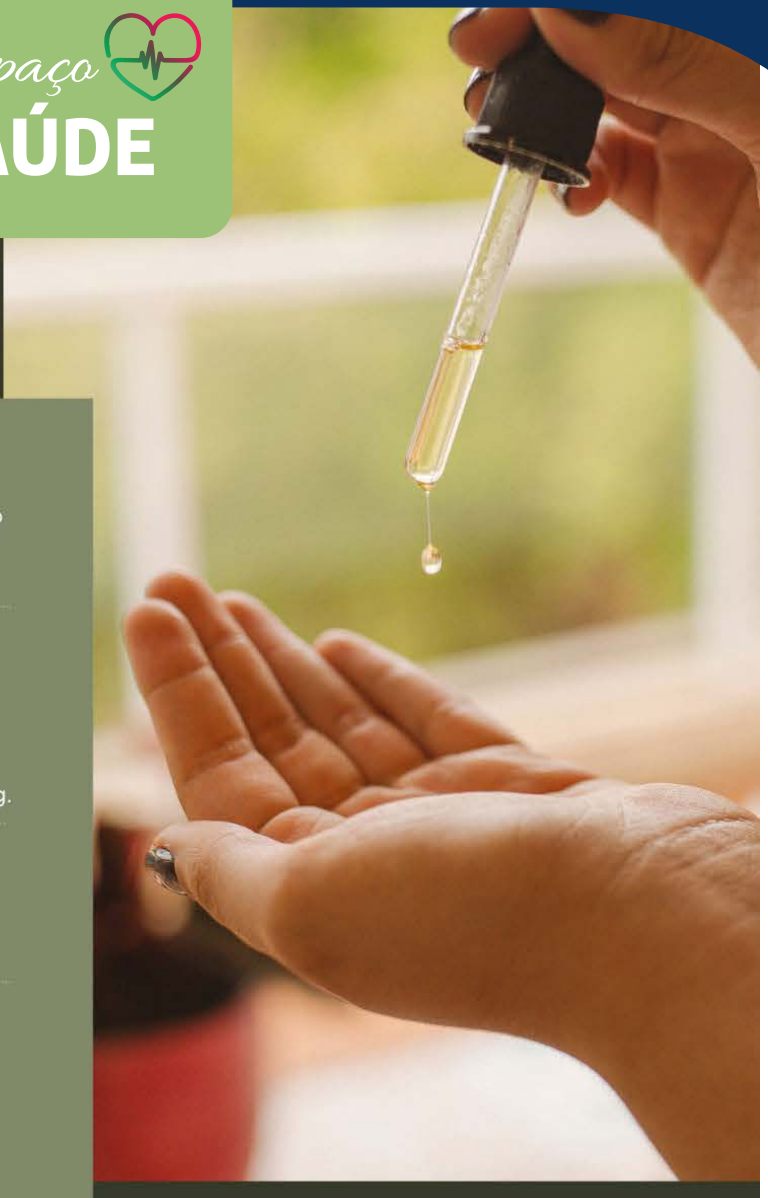
Especialista em Direito Imobiliário e Família e Sucessões

Atendimento: juridico@sindilex.org.br

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX

Espaço SAÚDE

Lilian Santos
ESTÉTICA PERSONALIZADA



Massagem relaxante

Projetada para promover o bem-estar geral e reduzir o estresse, a tensão e as dores musculares através da liberação miofascial.

Massagem relaxante facial

Proporciona alívio de dores de cabeça, ATM, bruxismo, fibromialgia, ansiedade e problemas respiratórios. Com compressas quentes e frias na terapia de 50", promove relaxamento muscular profundo e efeito lifting.

Candle massage

Todos os benefícios da massagem relaxante com uma vela quentinha e nutritiva para a pele.

Shiatsu

Shiatsu significa "pressão com os dedos" — uma técnica de massagem que age pontualmente nos músculos tensos, aliviando tensões. A prática trabalha os meridianos (pontos de energia segundo a Medicina Tradicional Chinesa) e proporciona equilíbrio.

Drenagem linfática corporal

Acelera a circulação da linfa, líquido que transporta nutrientes e elimina resíduos celulares.
Ajuda a reduzir inchaço e inflamação, melhora a circulação sanguínea e o sistema imunológico, promove relaxamento e define o contorno corporal.

Drenagem + lifting facial

melhora a circulação e realça o contorno facial, proporcionando nutrição e efeito tensor imediato.

SPA dos pés

Movimentos de massagem relaxante específicas para a região dos pés atrelados a pontos de reflexologia podal.

Terapias corporais 60 e 90min
Terapias faciais 30 e 50min

Condições especiais para sindicalizados

(11)95850-6178

@esteticaliliansantos

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX

Espaço SAÚDE

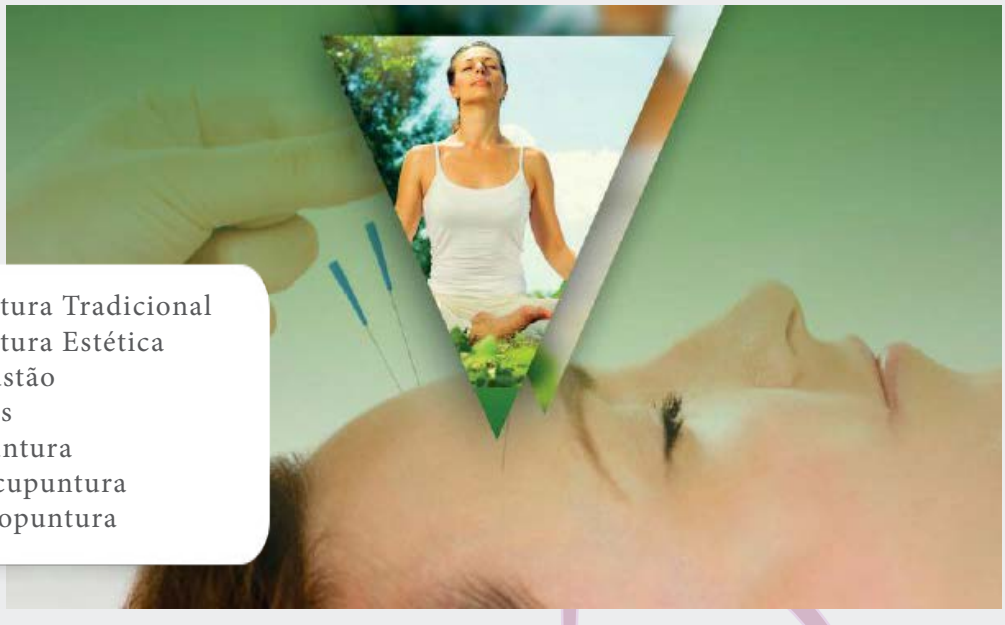
DRA. MARGARETE HAMAMURA



- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia

ESTÉTICA AVANÇADA

MEDICINA TRADICIONAL CHINESA



- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 96607.9578

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX



Aproveite esse benefício exclusivo para

FILIADOS

SINDILEX

Saiba mais sobre a Total Pass clicando aqui

PAINEL DE AÇÕES JUDICIAIS EM ANDAMENTO

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui



Este foi o boletim **Sindilex Fique por Dentro**, com as principais atualizações e informações da categoria. Continue acompanhando nossos canais e participe ativamente da vida sindical. Envie suas perguntas, sugestões e contribuições e ajude a fortalecer um Sindilex cada vez mais representativo. Sua participação faz a diferença. **Aguardamos o seu contato!**

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais

20 ANOS

SINDILEX

SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

sindilex@sindilex.org.br

(11) 3104.1023 (11) 96607.9578